
NA SOLUÇÃO PARA A CRISE DA MANCHETE UM NOVO RUMO PARA A TELEVISÃO NO BRASIL

Disposição do governo em patrocinar uma "alternativa democrática" pode abrir caminho para a criação de uma instituição representativa da sociedade que atue como um verdadeiro *ombudsman* da televisão brasileira e proporcione um vigoroso diferencial de *marketing* para a Manchete.

A crise da Rede Manchete exige dos jornalistas - assim como das demais categorias da área da comunicação - respostas em dois planos: uma, traduzindo a nossa **visão de parte** no problema e, outra, refletindo uma perspectiva compatível com o **interesse público**, no contexto da luta pela democratização da comunicação.

VISÃO DE PARTE

Em primeiro lugar, no plano da nossa **visão de parte**, devemos continuar buscando tenazmente, como já estamos fazendo, as soluções que assegurem o respeito aos direitos de milhares de profissionais que foram sacrificados por práticas de gestão temerária e atitudes empresariais irresponsáveis, que traduzem a *lógica cartorial* e imediatista do empresariado de comunicação. É bom lembrar que, além de usufruir de concessões governamentais, grande parte deste empresariado têm uma expressiva parcela do seu faturamento assegurado por verbas públicas, municipais, estaduais ou federais.

Os integrantes das diversas categorias profissionais que atuam na Manchete, por isso tudo, não podem,

nem indiretamente, ser penalizados pelos problemas causados pela direção da Manchete, integrada pela família Bloch e, depois, pelo grupo IBF. E além de reparar os direitos violados, a sucessão na Manchete deve ser uma oportunidade para fazer avançar as atrasadas relações de trabalho na área da comunicação. Devemos lutar pela adoção de métodos de gestão participativa e mesmo de participação nos lucros que têm sido amplamente bem sucedidos em outros ramos da economia, através de inúmeras experiências patrocinadas pelos próprios empresários e que, de modo algum, ferem a autonomia do investidor.

Ainda no plano da nossa **visão de parte**, também cabe a busca de soluções para a natureza da sucessão da Manchete. Definitivamente não interessa, nem para os funcionários da Manchete, nem para a sociedade, resolver o problema através de "qualquer empresário", isto é, através de uma solução meramente "privada comercial". A manifesta disposição do governo Itamar de patrocinar uma "solução democrática", por isso, tem de ser aproveitada até às últimas conseqüências. Desse modo, também devemos prosseguir buscando a articulação de setores da sociedade, comprometidos com perspectivas democráticas e pluralistas, para

bancar o empreendimento.

Fixamos, desde já, nosso entendimento de que a participação empresarial na viabilização de uma alternativa para a sucessão na Manchete é decisiva. Especialmente pela inexistência de capital para dar suporte e, sobretudo, competitividade ao empreendimento. As propostas que estão surgindo, sobretudo no campo da CUT, de que a solução deveria se esgotar na fórmula de uma *entidade sem fins lucrativos* para assumir o controle acionário da Manchete significa, num mercado de disputa acirrada como o brasileiro, incapacitá-la para a competição. Queremos, ou melhor, necessitamos uma Rede Manchete que seja competitiva e, sobretudo, que surja como um empreendimento capaz de enfrentar essa competição em novas bases.

A preocupação com a viabilização econômica e comercial do empreendimento requer a criação de condições favoráveis à subsistência da rede. Por exemplo, a conversão de parte do passivo que cabe ao Governo Federal em ações que poderiam ser compulsoriamente comercializadas na Bolsa de Valores, depois de um certo prazo. Outro exemplo é a fixação de condições favoráveis no reescalonamento da dívida com o Governo. São duas medidas que podem surgir como decisivas, não apenas para atrair investidores, mas para possibilitar a própria sobrevivência da empresa. Obviamente, nem a família Bloch e nem o grupo IBF podem sair impunes desse episódio e têm que comparecer com seu patrimônio para honrar suas responsabilidades. As iniciativas governamentais para viabilizar uma transição, seja qual for a fórmula jurídica adotada, entretanto, segundo entendemos, só adquirirá legitimidade no contexto de uma solução que transcenda qualquer "projeto de parte" e, efetivamente, atenda ao interesse público. Simplesmente viabilizar um novo "empreendimento privado-comercial" é, evidentemente, insuficiente. Do mesmo modo, entendemos não haver justificativa para uma mera "estatização". Com a proposta aqui apresentada, como veremos mais adiante, queremos que o governo participe da solução, inclusive para iniciar uma reparação da suas históricas responsabilidades com irregularidades e abusos perpetrados na televisão brasileira. Na verdade, a situação da Manchete só chegou a esse ponto em virtude da conivência do Governo Federal que se omitiu na cobrança do FGTS, entre outras irregularidades. Entendemos, por isso, que a dignificação e a legitimidade da participação do Governo só será assegurada com justificativas que forem além das "soluções tradicionais".

A sistemática violação de direitos trabalhistas e a defesa dos interesses dos funcionários da Manchete,

que são integrantes das nossas categorias profissionais, por outro lado, não pode ser impedimento para que pensemos grande e alto, indo além da imediatividade da crise.

Necessitamos, agora, pensar sobretudo no "dia seguinte", projetar perspectivas para o futuro da televisão brasileira e superar os problemas estruturais da televisão brasileira que estão visíveis na crise da Manchete: incapacidade empresarial, manipulação de mercado, concorrência predatória, conivência do Estado com irregularidades e práticas contrárias ao interesse público e, em particular, dos trabalhadores, etc. Junto com uma defesa firme e decidida de direitos dos trabalhadores, entretanto, na abordagem fundada pelo **Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação** temos que pensar no "dia seguinte" da crise e ir muito além das "soluções tradicionais".

VISÃO DO PÚBLICO

A segunda dimensão da nossa abordagem é consequência da universalidade que atribuímos à problemática da comunicação e do pluralismo que pretendemos inserir na esfera pública.

Como *cutistas*, por exemplo, poderemos defender, inclusive, que a CUT tenha alguma forma de participação no empreendimento sucessor da Manchete. Mas como integrantes do **Fórum**, por outro lado, não aceitamos nenhuma solução, automaticamente, como **sinônimo** de democratização. Nem mesmo se a CUT assumisse integralmente o empreendimento. Para a articulação da sociedade representada pelo **Fórum** o que interessa, essencialmente, na crise da Manchete, é a possibilidade de estabelecer o balisamento de uma nova relação da sociedade com o sucessor. E, seja ele quem for, gerar, pela força do exemplo, um **laboratório** de novas relações. Porque o **Fórum** não se contenta com **uma** rede. Quer, isto sim, incidir sobre as relações no conjunto das redes de televisão no Brasil.

Vamos listar, então, uma série de exigências a serem apresentadas aos sucessores da Manchete, sejam quais forem. Estes requisitos pretendem estabelecer uma nova relação da sociedade com os operadores das redes de televisão. Podem ser itens inseridos no Edital de licitação ou apenas postulados política e publicamente, de modo a constituírem o elemento diferencial que resultará na vitória no processo de licitação. Esses "arranjos", definitivamente, são secundários. Nosso problema é fundamentalmente político: se a sociedade

estiver disposta a bancar uma solução e se o governo estiver disposto a garantir um novo enfoque sobre o assunto, a "fórmula jurídica" é aspecto secundário.

Obviamente, nessa primeira aproximação a uma formulação, não estamos preocupados com a precisão jurídica da solução. Onde referimos "Rede", poderíamos referir "Emissoras sob controle acionário da Rede", ou mesmo, o "Conjunto das Afiliadas da Rede". Tampouco especificamos, aqui, se as referidas exigências a serem apresentadas aos "sucessores" da Manchete serão objeto de cláusulas de Edital ou se será uma "postulação política" destinada a "induzir" a resposta ao Edital. O queremos fixar, aqui, é a essência de um projeto, com os seguintes requisitos, a serem traduzidos em compromisso firmado entre o "sucessor", o Governo e os setores organizados da sociedade interessados no assunto (isto é, o **Fórum**):

I. A Rede Manchete se dispõe a estabelecer relação privilegiada com uma representação da sociedade civil, nas bases em que se seguem:

a) compromisso de doação de 0,5% do seu faturamento bruto mensal para uma **Fundação** sem fins lucrativos e amplamente representativa da sociedade civil, especialmente constituída para atuar como um *ombudsman* da televisão brasileira, realizando estudos especializados, recolhendo documentação e material veiculado diariamente pelas redes, analisando e opinando sobre a programação de todas as redes nacionais de televisão;

b) cessão, em horário nobre, de tempo não inferior a uma hora, para a realização de um programa semanal, produzido pela **Fundação**, no qual será feita a análise e a crítica - política e estética - da programação de TV de todas as Redes, inclusive da própria Manchete; esse programa deverá, ele próprio, ser extremamente zeloso de sua qualidade; deverá ser estruturado para disputar audiência, incluindo desde segmentos lúdicos, como a apresentação de "gafes" e erros da semana, cometidos pelas emissoras, até críticas à programação que apela gratuitamente para a pornografia, violência e cenas mórbidas e mesmo para o crescente recuo cultural representado pelos "dramalhões mexicanos"; fará, também, denúncia de concorrência desleal e predatória entre as emissoras e de práticas de manipulação que forem identificadas; finalmente, destaca-se a função de fazer a crítica estética, esmiuçando para o público a linguagem da televisão, seus recursos, artifícios e

suposta "naturalidade", procurando estabelecer parâmetros para avaliação da qualidade da programação, buscando dotar o público de senso crítico, os profissionais e produtores de referenciais, e imbuir a sociedade de compromisso com a cultura que é produzida no seu próprio seio;

c) em contrapartida à doação efetuada e a cessão de tempo, a **Fundação** proporcionará à Rede Manchete detalhadas sugestões e opiniões sobre a sua própria programação, em caráter reservado, que poderão ou não ser aproveitadas pela Rede; ressalta-se que isso ocorrerá independente das opiniões e críticas publicadas pela **Fundação** nas suas formas de divulgação; nesse sentido, a **Fundação** também emitirá "pareceres" e "recomendações" a determinados programas - exercendo, com independência, os seus critérios, estando a Rede liberada para divulgá-los nas suas ações publicitárias e de *marketing*;

d) ressalta-se, também, que a relação desta **Fundação** não será exclusiva com a Manchete, estando também aberta a outras Redes, desde que sejam observadas idênticas condições estipuladas para a Manchete, ou seja, doação de 0,5% do faturamento bruto e cessão de espaço para a veiculação do programa realizado pela **Fundação**.

II. A Rede Manchete se dispõe a dialogar com o Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso, no que se refere às condições de operação da televisão no Brasil, bem como a divulgar sistemática e periodicamente informações sobre os debates que neste estiverem em curso.

III. A Rede estabelecerá compromisso de observância, independente de exigências legais, dos seguintes procedimentos:

a) **pluralidade de versões em matéria controversa** - a Rede se dispõe a acolher a solicitação, desde que fundamentada, do registro da posição de uma parte que tiver relevante envolvimento em fatos noticiados e se sentir prejudicada com a omissão de sua posição;

b) **aceitação de pena moral** - a Rede se compromete a divulgar, no último bloco do programa noticioso de maior audiência, um relato preciso das condenações que sofrerem na Justiça, em prazo não superior a quarenta e oito horas, a contar do respectivo fato;

c) **adoção de práticas de transparência** - a Rede se compromete a publicar, anualmente, o balanço contábil de receitas e despesas; a anunciar publicamente qualquer negócio efetuado com as ações ou cotas integrantes do seu capital social; a indicação dos seus três principais acionistas na abertura e no encerramento da sua programação, bem como no encerramento de seu principal programa informativo;

d) **serviço de atendimento ao público** - a Rede constituirá um serviço de atendimento ao público, destinado a receber sugestões, reclamações, pedidos de explicação e solicitações de resposta; este serviço será encarregado de dar pareceres, à direção da empresa, sobre as demandas do público;

e) **cláusula de consciência** - a Rede admite que seus profissionais recusem a produção ou veiculação de matéria contrária ao interesse público ou às prescrições do Código de Ética vigente para sua profissão, o que deverá ser comprovado;

f) **identificação de matéria paga** - a Rede aceita que toda veiculação de matéria paga ou publicidade deverá ser evidenciada como tal;

g) **não recusa de publicidade** - a Rede se compromete a não recusar publicidade, independente da sua natureza, salvo aquilo que for notoriamente contrário ao interesse público ou que atentar contra as prescrições do Código de Ética vigente para o veículo, o que deverá ser comprovado;

h) **Conselho Editorial** - a Rede se compromete a instituir um Conselho Editorial, com funções consultivas, integrado por um membro eleito entre seis profissionais e uma entidade da sociedade civil por estes indicada, assim como um membro indicado pela direção e uma entidade da sociedade civil indicada pela direção.

ATENÇÃO PARA A FUNDAÇÃO

Como se pode observar, a **Fundação** é o elemento chave de toda esta proposta. É esta iniciativa que supera as "soluções tradicionais" e funda as bases de uma relação verdadeiramente inovadora entre os operadores de televisão e a sociedade no país. Esta **Fundação** será uma espécie, evidentemente com muito maior alcance, de **IVC da qualidade** da produção de televisão das redes. O **IVC** (Instituto

Verificador da Circulação) é um instituto independente que presta serviço aos principais jornais e revistas do país, auditando e avaliando os dados do número de exemplares em circulação desses veículos. Nossa **Fundação** seria uma espécie de **avalista** da qualidade, fiada pelos setores organizados da sociedade. Como não teria um papel impositivo, seria um instrumento de **regulação política**, cumprindo as funções de **controle público** defendidas pelo Fórum.

DEBATE DA CULTURA E DA ESTÉTICA

Merece destaque especial a atuação dessa **Fundação** no debate da estética e da cultura que pretende impulsionar mudanças na qualidade da comunicação de massa do país.

A estética, ao contrário do que se pensa, não é uma particularidade restrita exclusivamente à arte, embora, sem dúvida, a obra de arte se distinga justamente pelo valor estético. Estética é aqui entendida como uma categoria universal que está presente em todos os campos da expressão humana, obviamente, não de igual maneira.

É no plano da percepção estética, mediante a realização de uma dialética entre forma e conteúdo, que se constroem os significados mais profundos e raízes da própria cultura. É, também nesse plano, que se pode conceber e buscar coletivamente uma cultura dotada de valores e sentido emancipatório. Isto é possível se a sociedade criar condições para uma apropriação crítica da elaboração artística e também da dimensão estética de todas as criações humanas. Afinal, também é no plano da percepção estética que se pode sucumbir ao caráter desumanizante da produção massificada que não vai além da padronização, da reiteração e da homogeneização. Ou seja, é através do empobrecimento da percepção estética dos indivíduos que se abrem as portas para uma produção que, por não ser assimilada criticamente, acaba realizando uma regulação burocrática do cotidiano, "robotizando" e, mesmo, brutalizando os indivíduos.

Os elementos da percepção estética perpassam, por exemplo, as relações que a TV mantém com o imaginário popular e as conexões estabelecidas com o psiquismo humano, cotidianamente produzindo e induzindo idéias, concepções, hábitos, condutas e

valores. Por isso a discussão sobre os padrões estéticos na produção do rádio e da TV é decisiva para a construção de uma cultura nacional-popular e para a afirmação de valores de sentido humanizador e emancipatório. Sob este ponto de vista, o debate estético se torna uma tarefa e uma responsabilidade da própria cidadania.

Decorre desta preocupação a busca estratégica da criação de instituições especializadas na "mediação" entre aquilo que o setor privado-comercial produz e o que é assistido pelo público, criando-se uma relação de duplo sentido. Esta relação consiste, de um lado, em saber valorizar frente ao público consumidor aquelas obras que contêm valor estético, e aqueles conteúdos que transitam valores humanos e qualificam a cultura. Enfim, busca-se a elevação do nível de percepção do público e o desenvolvimento do seu senso crítico, apurando seu discernimento, dotando-o de premissas a partir das quais seja possível estabelecer uma relação crítica com a mídia e, portanto, sendo virtualmente humanizadora.

Em contrapartida, de outro lado, esta relação destina-se a levar as demandas dos setores organizados da sociedade para dentro dos veículos privado-comerciais e aos responsáveis pela produção de programação, estimulando as práticas qualificadas e expondo-lhes a crítica quando estes incorrem em concorrência predatória, degenerando o conteúdo da programação - por exemplo, com o recurso gratuito à pornografia e à violência - ou mesmo discutindo alternativas para a programação destituída de valor estético e que brutaliza e desumaniza.

Este é um complexo campo de debate, porém inarredável. Infelizmente, temos que reconhecer: para uma grande parte dos profissionais da área da comunicação - jornalistas, radialistas, artistas, etc. - o conceito de estética **não faz o menor sentido** e suas atuações profissionais tendem a se reduzir a um tecnicismo operativo. O problema, evidente, não é menor entre os setores mais esclarecidos da sociedade civil. O que não é casual, pois um dos aspectos perversos da comunicação de massas tem sido, a condição de emascular da produção cultural de massa a categoria da estética.

Enfatizamos que estética supõe juízo, e que juízo supõe crítica e debate. Eliminando-se o debate da percepção estética, elimina-se o juízo e a crítica. É um problema da cidadania superar a espontânea e **mera**

relação de empatia e identificação com os produtos veiculados nos meios de comunicação de massa e substituir essa **relação passiva** por uma **atitude crítica** diante desses conteúdos. Essa relação crítica constitui um momento importante de construção da cidadania porque ela forma indivíduos que, se não forem assim mobilizados por um esforço de capacitação crítica - no contexto de um projeto de construção da cultura e da nacionalidade - serão reduzidos à condição de meros objetos de um mercado que privilegia a relação instrumental.

O maior patrimônio da nação é o seu povo. A esta idéia, tão antiga quanto válida, acrescentamos que a qualidade da cidadania - que constitui alicerce das potencialidades nacionais - está ligado à capacitação para o exercício da crítica, que diz respeito à capacidade de reflexão e autonomia intelectual dos indivíduos.

Uma sociedade em que os indivíduos estão submetidos a uma estética massificada e empobrecida vai impulsionar uma capacidade crítica nos limites dessa massificação e dessa pobreza. Dificilmente vai produzir, socialmente, algo maior do que esses limites. A importância da televisão brasileira na determinação da cultura nacional certamente diz respeito à atual falta de rumos e perspectivas para o país.

O exercício da capacidade crítica, em nosso país, vem sendo cada vez mais reduzido aos traços negativos e dissolventes da crítica pela crítica e a destruição pela destruição. De um tempo para cá a televisão brasileira, e especialmente a Rede Globo, vem procurando encarnar um perfil de "televisão mobilizadora", que estimula a cobrança em relação aos poderes públicos, o reconhecimento de direitos e, mesmo, uma visão crítica "do que nós somos". A própria televisão, entretanto, ajuda a arrefecer o ânimo que ela própria suscita, propondo-se a fazer a fiscalização dos "erros", "em nome dos cidadãos" e, assim, pretendendo conferir legitimidade à "representação do público" que alegam encarnar. Isso é manipulação.

São exemplos notórios desse tipo de traço cultural que vem sendo trabalhado pela televisão, programas humorísticos como o do grupo *Casseta/Planeta* e *shows* como o *Domingão do Faustão* que, através do deboche, das observações ácidas, de incursões na obscenidade, procuram "institucionalizar" o "espírito cínico" e "gozador" do brasileiro. Aliás, ainda está por ser feita uma análise do papel da televisão na

disseminação do "cinismo", tanto na esfera pública como na vida privada, que prospera no país. Sem dúvida, a intensiva reiteração de preconceitos e estereótipos - veiculados "inocentemente" sob a forma de "deboche" e "atitude crítica" - feita por programas como esses contribui para que se tornem "espontâneas" e "naturais" as relações e atitudes "cínicas".

Esse tipo de "atitude crítica" estimulada pela televisão, no entanto, além de tópica, particularizada e limitada, é desprovida de critérios claros e limita-se à negatividade. Obviamente, toda crítica tem um componente "destrutivo" e tem, inevitavelmente, um "conteúdo negativo". Entretanto, a superação do que se quer efetivamente destruir com a crítica necessita de um momento constitutivo, de construção do novo e de exercício de positividade. Isto é, o momento em que se sustenta alternativas e projetos.

O "senso crítico" estimulado pela televisão, assim, não vai além da manipulação e não contribui para "desembrutecer" os indivíduos. Ao contrário, só empobrece sua "visão de mundo". O estímulo ao "nojo pela política" é um exemplo de "valor", hoje insistentemente trabalhado pela televisão e que "casa" com o "senso comum" das massas. Trata-se de uma prática atenta a demandas geradas por tensões reais, existentes no interior da sociedade. Em contrapartida à angustiante demanda por respostas para problemas que são da sociedade, esse tipo de produção cultural aponta, diuturnamente, para o caminho da individualização das reações e, assim, bloqueia o potencial de identificação coletiva que os indivíduos podem ter, entre si, na construção de projetos de sociedade e, na sua expressão máxima, de projetos nacionais.

O debate da estética aponta tanto para os limites da cultura baseada nessas concepções dissolventes, como para a necessidade de produção de horizontes para um projeto para o país, para a afirmação da viabilidade do Brasil e para a identificação do papel do Brasil no mundo e dos brasileiros nisso tudo.

Em certa medida, no *impeachment* do ex-presidente Collor algo semelhante chegou a ser esboçado. A exemplo do que ocorreu no auge da campanha das *Diretas Já*, a televisão patrocinou a irrupção da história no cotidiano dos indivíduos. Mas passado o ápice da crise do *impeachment*, os meios de comunicação, devidamente "auto-enaltecidos" pelo

"importante" papel que cumpriram, voltaram a colocar tudo "nos trilhos" outra vez. O debate da estética na televisão é também o debate dessa capacidade brutal de "estruturação" e "desestruturação" do cotidiano dos indivíduos em escala de milhões.

A **Fundação** aqui proposta, diante desse complexo e grave problema da contemporaneidade, portanto, atuará sobre uma esfera de problemas que é brasileira, mas também é universal. Trata-se do esforço para que no país se controle, de forma democrática e plural, os meios que a própria sociedade desenvolve e para que estes - os meios de comunicação, inclusive, não se voltem contra o próprio homem. Uma experiência dessa natureza, se bem sucedida, poderia, pela força do exemplo, ter importância para a própria humanidade e não apenas para o país. Porque - e esta é uma realidade que não pode ser desprezada - não existem referências consistentes, **nenhum** modelo de televisão no mundo é efetivamente voltado para a humanização e a emancipação humana.

A busca de parâmetros estéticos para análise da televisão é uma tarefa que não pode ser subdimensionada. Existem inúmeras abordagens específicas e tópicas sobre televisão, do ponto de vista da sociologia, da semiologia, da lingüística, da antropologia, da ciência política, da psicologia, enfim, de diversas ciências e disciplinas, mas inexistente uma abordagem globalizante, isto é, uma concepção mais geral acerca da televisão e mesmo do vídeo. E, de modo especial, uma "concepção mais geral" acerca da "televisão brasileira".

É necessário superar tanto os limites da crítica da televisão exercida hoje pelos meios de comunicação de massa, que se aproxima mais do "colunismo social" do que do debate estético, como também ir além de abordagens acadêmicas fragmentadas, embora estas também tenham produzido valiosos elementos que devem ser incorporados.

As tarefas aqui referidas não se confundem, portanto, com uma reunião de "meia dúzia de iluminados" que passarão a ditar estes parâmetros estéticos, tampouco será um grande *brain storm* de "pessoas bem intencionadas". Trata-se de um esforço gigantesco e necessariamente multidimensional, que alcança fronteiras do conhecimento de ciências e disciplinas e, na busca do discernimento dos elementos de percepção estética da televisão, buscará uma apropriação coletiva das funções contemporâneas da

televisão. Esse esforço só terá sucesso se conseguir evitar o dogmatismo e a unilateralização de perspectivas. A televisão, em que pese o seu mais de meio século de existência, é um veículo que ainda não foi **apropriado** pela humanidade, isto é, não tem sua atuação pautada por finalidades humanas. Isto não pode ser ignorado, na compreensão das dificuldades a serem enfrentadas e na fixação da importância devida do esforço a ser empreendido por esta **Fundação**. Não é algo que se consiga com o mera estabelecimento de uma relação entre a sociedade organizada, os produtores e o público, embora isto, por si só, já seja algo inédito e grandioso.

A IDENTIFICAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E OS PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO

Nessa dimensão da atuação da **Fundação** destacamos a participação das categorias profissionais que tem atuação de ponta na produção, entre as quais ressaltamos os criadores e os artistas, que lidam direta e pessoalmente com complexos fenômenos ligados ao psiquismo humano.

Ressaltamos que a atividade dos diversos segmentos profissionais que atuam nos meios de comunicação de massa é a produção da cultura. Essa é a dimensão grandiosa que deve ser reconhecida e dar a medida das responsabilidades destes profissionais diante do público. Ao perseguir parâmetros estéticos para a crítica da televisão estaremos superando o empirismo com que profissionais e produtores lidam cotidianamente. E estaremos elaborando critérios a serem desenvolvidos e exercidos pela sociedade. Desse modo, também estaremos valorizando estética e tecnicamente o trabalho dos profissionais. Todas as categorias profissionais que atuam nos meios de comunicação de massa devem perceber, a si próprias, como algo mais do que um conjunto de indivíduos que vendem sua força de trabalho no mercado. Isto é, devem perceber como as potencialidades contidas na sua atividade profissional constroem as relações sociais e ajudam a constituir a essência humana. Na área da comunicação a necessidade dessa percepção é crítica, pela capacidade de determinação da cultura e estruturação e enraizamentos dos meios de comunicação de massa no cotidiano dos indivíduos.

Na medida em que os profissionais forem capazes de se **aproximar** - e, tendencialmente, a se **apropriar** - do sentido e do alcance do que estão fazendo, estarão

criando condições para que o público também seja capaz de se **aproximar** e de se **apropriar** do alcance dessas práticas sociais, superando a condição de mero "consumidor" numa relação dada pelo mercado. Na medida em que esse debate, de alguma forma, se massifica, valoriza o público. A compreensão de como se realizam, na televisão, as funções educativa, informativa e de entretenimento, assim, passa a ser não apenas um objeto de consumo, mas de participação ativa dos profissionais e do público, hoje reduzidos a meras relações mercantis.

DIFICULDADES E RISCOS

É preciso ressaltar, sem medo de redundância, que a estruturação dessa **Fundação** não é algo simples e envolve riscos. Esta **Fundação** só terá chance de ter sucesso se, efetivamente, tiver a ampla representatividade que a proposta lhe atribui. Isso deve ser assegurado não só na sua composição, como também através da democratização das suas formas de gestão.

O risco maior é a **Fundação** ser "aparelhada" por algum setor e passar a cumprir funções opostas a que se propõe a exercer, comprometendo-se com alguma abordagem unilateralizada. A sua radical democratização interna, portanto, é aspecto essencial desse projeto e uma minuciosa antecipação de riscos e possibilidades de desvio deve proporcionar elementos para o seu planejamento.

NOVAS RELAÇÕES

Todas as exigências estabelecidas para a nova Rede Manchete, em nossa avaliação, longe de ser uma "punição" ou um fardo nas mãos do novo proprietário, constitui a possibilidade de estabelecer um extraordinário diferencial de *marketing*. Obviamente, não são medidas voltadas para inviabilizar a operação privada-comercial. Ao contrário, queremos estabelecer novas e reais bases de legitimidade para a atuação privada-comercial. Queremos, com o exemplo da Rede Manchete, estabelecer um divisor de águas na história da televisão brasileira, distinguindo as emissoras que se dispõem a dialogar com a cidadania. Acreditamos que, pelo ineditismo dessas novas relações podemos sacudir a televisão brasileira. A pretensão dessa experiência com a Manchete é que todas as demais Redes venham a aderir a esse tipo de diálogo com a sociedade civil.

Num contexto em que predominam perspectivas estreitas, relações autoritárias e as redes de televisão são dirigidas como se fossem "fazendas" dirigidas por famílias e mediadas por "capatazes", sem ter que prestar contas a ninguém, não podemos subestimar o impacto de iniciativas dessa natureza.

Acreditamos que a fixação de bases de compromisso público seria, por isso tudo, um extraordinário diferencial de mercado. Muito mais do que facilidades econômicas que podem ser proporcionadas pelo Governo para o sucessor da Manchete, é este diferencial que pode dar condição de competição num mercado monopolizado e imbuído de uma "lógica perversa". Uma televisão que se disponha a romper com essa "lógica" e se comporte como uma "televisão da cidadania" certamente sacudirá o mercado pois inevitavelmente levará a que os setores organizados da sociedade atuem a seu favor. Essa atuação se daria não apenas no "respaldo" político, mas numa disputa, no interior da própria sociedade, sobre o papel da televisão na construção da cultura nacional. Isto é, enfrentaria o problema da demanda - que, de fato, **existe** na sociedade - por pornografia, violência e cenas mórbidas. E faria isso não com censura, nem com meios coercitivos, mas pelo debate público, através da própria televisão.

Haverá quem diga que esta é uma proposta ousada demais. De fato, é ousada, como grande parte das coisas que o **Fórum** está se dispondo a fazer. Mas, sem ousadia, sem o gesto político que funda novas realidades e estabelece novas relações, ficaremos reduzidos à mera reiteração do *status quo*. No caso da televisão, a espiral da concorrência parece apontar, nitidamente, para o buraco sem fim da degradação. As aberrações sem limites de programas como o *Aqui e Agora*, assim como o recurso gratuito e banal a cenas de violência e pornografia atendem **demandas reais** da sociedade que só podem ser revertidas com um debate que impulse um amadurecimento da percepção do público. A Rede Globo, nesse sentido, sem interesse em fazer essa **reversão política** das exigências dos telespectadores está, rápida e assustadoramente, capitulando para o SBT. A Globo que - a despeito de ser a única rede que atua, verdadeiramente, como **partido político** e que, com isso, tanto mal já causou ao país - notabilizou-se por constituir, com sua "qualidade técnica", uma referência mundial e um notável "patrimônio nacional". Esta rede agora se sujeita a uma concorrência degenerativa. O resultado dessa degradação é estrutural: a Globo

inclusive, no momento, está preparando uma versão "global" da *Telesena* do SBT.

Na crise da Manchete, temos uma oportunidade ímpar para tentar instaurar novas relações em torno da televisão brasileira. Obviamente, só um empresariado com uma visão de projeto nacional, poderia se dispor a bancar um projeto dessa natureza. Articular essa percepção dos setores organizados da sociedade, inclusive do empresariado, é o nosso grande desafio. Mas, para isso, teremos que agir estrategicamente, sabendo identificar o que é essencial do que é secundário. Nesse contexto, não podemos nos deixar seduzir pela armadilha de soluções "aparentemente fáceis", que podem acabar desmoralizando a legitimidade das nossas propostas e esgotando nossos esforços numa solução "exclusiva" para a Rede Manchete. Por isso, não é demais concluir insistindo: na crise da Manchete, o que está em disputa é o futuro de toda a televisão brasileira.

P. Alegre, abril de 93

Daniel Herz
Diretor de Relações Institucionais da
Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ

*Este texto destina-se ao debate interno, na
Federação Nacional dos Jornalistas, de propostas
referentes à crise da Manchete.*